**DESIGUALDADE REGIONAL: O CASO DO NORTE DE MINAS**

Ana Beatriz Chagas Manini[[1]](#footnote-1)

Fernanda Cunha Morais[[2]](#footnote-2)

Paula Castilho Soares[[3]](#footnote-3)

**Palavras-chave:** Desigualdade Regional. Desenvolvimento Regional. Norte de Minas Gerais. Estudo de Caso.

**1 INTRODUÇÃO**

A desigualdade, segundo Rocha (1998), é um problema que chama a atenção de vários países, que buscam combatê-la de diversas formas. No Brasil, um fato que ganhou muita importância ao longo do tempo foi a questão das desigualdades regionais, que vem sendo combatida pelo Estado através de políticas públicas, planos de ação e fundos de investimentos. (COSTA; MAGALHÃES; PEREIRA, 2012).

 De acordo com Santos e Pales (2012), o estado de Minas Gerais é um grande representante do Brasil na questão do desenvolvimento regional, já que este é considerado um estado heterogêneo. Sendo assim, o objetivo do artigo é analisar a desigualdade regional e os resultados de políticas implementadas no norte de Minas Gerais, sendo esta, uma das mesorregiões do estado.

 O trabalho será dividido em quatro seções, sendo a primeira e a última, a introdução e as considerações finais, respectivamente. A segunda seção aborda o referencial teórico do artigo, ressaltando o conceito de desigualdade regional e de região, além dos principais modelos relacionados ao desenvolvimento regional e a importância do planejamento para a redução das desigualdades entre regiões. Por fim, a terceira seção abrange o estudo de caso do norte de Minas Gerais, analisando as características, a história e a atual situação da região estudada, assim como as ações do Estado na região e seus resultados para a redução da desigualdade regional.

**2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

A seguir será analisado o referencial teórico do trabalho, abordando-se o conceito de desenvolvimento regional e suas teorias mais relevantes, o conceito de região, os determinantes da desigualdade regional e a questão do planejamento regional.

**2.1 Desenvolvimento Regional**

O conceito de desenvolvimento econômico, segundo Coutinho et al (2013), dividiu-se entre vários significados ao longo do tempo, sendo definido por alguns como sinônimo de crescimento e, por outros, como uma consequência do crescimento econômico, causando tanto mudanças quantitativas como qualitativas nos países.

Segundo Bonente e Corrêa, citados por Santos e Pales (2012), os diversos conceitos de desenvolvimento surgiram a partir da década de 1970, quando percebe-se que o crescimento econômico e os processos de industrialização sozinhos não geravam igualdade social, nem superavam o subdesenvolvimento. Sendo assim, outros aspectos além dos econômicos passaram a ser levados em conta. O conceito de desenvolvimento regional também aparece neste contexto, buscando abordar as desigualdades entre regiões e intra-regiões.

De acordo com Santos e Silva, citados por Santos e Pales (2012), desenvolvimento social implica na distribuição igualitária de renda, saúde, habitação e outros fatores, além da redução das desigualdades sociais do país. A acumulação de capital de determinada região nem sempre possui relação com o desenvolvimento social. Como exemplo, Santos e Pales (2012) citam a implantação de um pólo de desenvolvimento:

A implantação de um pólo de desenvolvimento, por exemplo, pode provocar desequilíbrios econômicos e sociais, pois distribui salários e rendimentos adicionais sem expandir necessariamente a produção local de bens de consumo. Transfere mão-de-obra sem necessariamente atribuir-lhe um novo enquadramento social. Concentra o investimento e a inovação sem consequentemente alargar a vantagem de outros locais, nos quais o desenvolvimento pode ser retardado. (SANTOS e PALES, 2012, p. 5).

Ao se tratar de desenvolvimento regional, primeiramente, deve-se esclarecer o conceito de região, sendo este: “um conjunto de centros urbanos dotados de um determinado grau de integração em oposição ao resto do mundo, composto por centros urbanos com grau de menor integração com os primeiros.” (LEMOS apud LIMA E SIMÕES apud SANTOS E PALES, 2012, p. 4).

No entanto este conceito de região varia para diversos autores e, segundo Santos (2011), Perroux considerava região como fenômeno concreto, definida de acordo com seu passado histórico ou com suas determinações geográficas, sem levar em consideração o sentido econômico. Já Jacques-R Boudeville caracteriza espaço como uma “(...) realidade concreta, (...) concebido como o espaço das relações existentes entre dois conjuntos, das atividades econômicas e dos lugares geográficos, e uma maneira de analisar todas as localizações possíveis das atividades.” (SANTOS, 2011, p. 13).

Sendo assim, Boudeville parte do conceito de espaço de Perroux mas o diferencia do conceito de região que, para ele, engloba a proximidade da superfície, facilitando a implementação de planos de ação que visam objetivos comuns. (SANTOS, 2011).

De acordo com Santos, citado por Saquet e Silva (2008), o espaço deve ser considerado como totalidade, sendo um “(...) conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente”. (SANTOS apud SAQUET E SILVA, 2008, p. 30). Logo, o autor conclui que, além de instância social que se reproduz, o espaço é característico de uma estrutura organizada pelo homem e possui certa autonomia se manifestando através de leis próprias.

Já território, segundo Santos, citado por Saquet e Silva (2008), é considerado como algo delimitado que pode ser alterado de acordo com as variações das relações de poder que ocorrem ao longo do tempo. Por isso:

(...) “a utilização do território pelo povo cria o espaço”; imutável em seus limites e apresentando mudanças ao longo da história, o território antecede o espaço. Já o espaço geográfico é mais amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica. O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área. (SANTOS apud SAQUET E SILVA, 2008, p. 31).

Após a II Guerra Mundial, os estudos sobre desenvolvimento regional, segundo Diniz (2001), ganharam força. Alguns autores importantes que desenvolveram teorias sobre o tema de desenvolvimento regional e devem ser abordados são François Perroux, Gunnar Myrdal e Albert O. Hirschman.

Perroux fez uma análise do desenvolvimento desequilibrado baseando-se na desigualdade do desenvolvimento francês e na teoria Schumpteriana do progresso técnico. (DINIZ, 2001). Conforme Perroux, citado por Uderman (2008), sua teoria consiste que a expansão econômica ocorre em pólos de crescimento, com diferentes intensidades e não de forma distribuída. No entanto, o crescimento e as transformações dos pólos afetariam o conjunto da economia de forma positiva através de diversos canais.

Três conceitos fundamentais são incorporados à análise de Perroux, sendo eles: a indústria motriz, o complexo de indústrias e os pólos de crescimento. A indústria motriz tem influência sobre o crescimento de outras firmas, o que estimula a formação de um complexo de indústrias próximas, culminando em um pólo regional. Outro importante fator analisado é o da inovação empresarial, que possui influência sobre o processo de expansão da região. (PERROUX apud UDERMAN, 2008).

A Teoria dos Pólos de Crescimento de Perroux atraiu o interesse de agentes envolvidos com planejamento regional por se concentrar em problemas intra e inter-regionais, que podem ser identificados nos tipos de políticas públicas adotadas pelos países. Uderman (2008) ressalta que como a teoria abrange a criação de pólos, que é demonstrada no espaço, e integra vários aspectos importantes do desenvolvimento, ela se torna muito relevante para a questão regional, que tem seu fracasso ou sucesso determinados por diversos fatores.

Segundo Uderman (2008), Myrdal e Hirschman elaboraram conceitos e análises compatíveis com a teoria de Perroux. Para Myrdal, o processo de causação circular cumulativa ocorre devido ao desenvolvimento econômico, onde as regiões ricas tendem a enriquecer e as pobres, a empobrecer, embora fosse reconhecido o efeito de propagação do desenvolvimento. (DINIZ, 2001).

A teoria de Myrdal aborda conceitos de efeitos regressivos e propulsores e chega à conclusão que o processo de expansão cria economias externas que favorecem sua continuidade e vice-versa, concluindo que o mercado, sem nenhuma intervenção, gera desigualdade. Por isso, Myrdal é a favor da intervenção do Estado no desenvolvimento regional. (MYRDAL apud UDERMAN, 2008).

Segundo Uderman (2008), Hirschman acreditava que o desenvolvimento causa mudanças estruturais que não são compatíveis com o conceito de equilíbrio. Ele analisou os impactos regionais advindos da implantação de indústrias, levando em consideração os efeitos polarizadores e difusores, e concluiu que “(...)no longo prazo, os efeitos difusores seriam a chave para a redução das desigualdades regionais e que a ocorrência de processos desse tipo em países de industrialização retardatária não se daria usualmente de forma espontânea(...)”. (UDERMAN, 2008, p. 235). Sendo assim, Hirschman também é a favor de políticas intervencionistas, onde o Estado adotaria medidas a favor do desenvolvimento.

Segundo Furtado, citado por Santos e Pales (2012), a industrialização e o crescimento do país não significam necessariamente bem-estar social para todos. Isto posto, Santos e Pales (2012) afirmam que as teorias de desenvolvimento regional vêm se reformulando ao longo dos anos, agregando estratégias novas que reduzam as desigualdades regionais, já que as anteriores não obtiveram bons resultados e as condições econômicas externas se alteraram.

Percebe-se então que nem sempre o Estado e o mercado sozinhos tem o “poder” de solucionar os problemas sociais, sendo assim, os atores locais ganham importância no processo de desenvolvimento econômico, segundo Putnam, citado por Santos e Pales.

O Desenvolvimento Endógeno é conhecido como o conjunto de políticas de valorização dos agente locais no processo de desenvolvimento econômico dos países. Desse modo:

(...) nos últimos anos, houve um esforço para se reformular as teorias do desenvolvimento regional tradicionais, enfocando novas estratégias de desenvolvimento regional e local. Nessa perspectiva, há um reconhecimento da importância dos agentes locais sobre a condição futura da economia local, apontando a sobreposição da relevância desses agentes à idéia de desenvolvimento por vias do planejamento centralizado ou por forças puras de mercado. Há que salientar que essas ações coletivas alcançam maior eficácia na medida em que são institucionalizadas. (SANTOS E PALES, 2012, p. 5).

 De acordo com Santos e Pales (2012), a nova teoria de desenvolvimento regional é a favor da descentralização da ação pública, levando em consideração três aspectos importantes. O primeiro é que os governos locais, por estarem mais próximos dos produtores e consumidores, possuem um maior acesso à informação. O segundo aspecto ressalva que as experiências locais podem encontrar maiores alternativas de oferta do serviço público e o último aspecto está relacionado com o tamanho, ou seja, as alocações de recursos serão mais eficiente quanto menor for o aparelho estatal, pois este conhecerá melhor as demandas locais.

 Por fim, ao estudar o desenvolvimento regional endógeno é importante ressaltar que deve-se relacionar a questão regional com a nacional, para que se garanta o bem-estar da região sem causar malefícios para o resto do país, as políticas regionais não devem se chocar. (FILHO apud SANTOS E PALES, 2012).

 É importante ressaltar os determinantes imediatos da desigualdade regional que, segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000), são a escassez agregada de recursos e a má distribuição dos recursos existente.

 O primeiro determinante é analisado através de três critérios, sendo eles: a comparação do país estudado com o resto do mundo; a análise da estrutura da renda média do país; e por um exame do padrão do consumo médio das família sdo país estudado. No primeiro critério compara-se a renda per capta e o grau de pobreza do país e, se o país possuir uma renda similar à dos outros países, o causador da desigualdade será a má distribuição de recursos, já se o país possuir uma renda per capta inferior à dos países mais ricos, seu problema poderá ser a escassez de recursos. (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000).

 Em relação ao segundo critério, Barros, Henriques e Mendonça (2000) afirmam que, comparando a renda per capta com a linha de pobreza nacional, se a renda per capta do país for superior à linha de pobreza, a desigualdade estará relacionada com a distribuição desigual de recursos e uma divisão mais equilibrada dos recursos em um país que possui a renda per capta superior à linha de pobreza pode gerar uma forte redução na desigualdade regional. No terceiro critério, percebe-se que se o país tiver um consumo das famílias satisfatório, conclui-se também que seu problema está relacionado com a má distribuição de recursos.

 Já o segundo determinante da desigualdade regional pode ser medido através do coeficiente de Gini, do índice de Theil, da razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres e da razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres, sendo que a sociedade será considerada mais injusta quanto maior for o valor da renda média dos mais ricos em relação aos mais pobres. (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

**2.3 Planejamento Regional**

O planejamento regional é uma forma de política adotada pelos países que buscam eliminar as distorções ou desigualdades geradas pelo processo de desenvolvimento, que cria concentrações, dualidades e desequilíbrios nas economias. (PEREIRA; LESSA, 2011).

 Segundo Romo, citado por Pereira e Lessa (2011), o planejamento regional busca maximizar o crescimento econômico do país e minimizar seus desequilíbrios regionais ao mesmo tempo. Percebe-se que “o planejamento regional está basicamente relacionado à eliminacão das características da economia dual, fundindo os dois setores desiguais, de tal forma que uma economia de trocas estenda seu sistema de interação típico por toda área geográfica em questão”. (FRIEDMAN apud PEREIRA; LESSA, 2011, p. 3).

 Segundo Pereira e Lessa (2011), o processo de desenvolvimento nacional é o causador das disparidades econômicas e sociais nas regiões, já que este desloca os recursos escassos para os locais onde há atração e reprodução de capital, o que resulta na concentração de investimento e em desigualdades regionais. Sendo assim, o planejamento regional torna-se parte da estratégia de desenvolvimento dos países, buscando a redução das disparidades regionais causadas pelo desenvolvimento nacional.

**3 O CASO DO NORTE DE MINAS**

 **A seguir será realizado o estudo de caso da região Norte de Minas.**

**3.1 Caracterização da Região**

Segundo Pereira e Soares (2005), com uma área de 588.384 km2, Minas Gerais é um estado que possui grande desigualdade regional. Contendo 89 municípios, o Norte de Minas ocupa uma área de 182.602 km2 e, de acordo o censo 2000 (IBGE) citado pelas mesmas autoras mencionadas anteriormente, com população de aproximadamente 1.473.367 habitantes, distribuídos de forma irregular pelo território, sendo que a maior concentração acontece no município de Montes Claros. Conforme Costa, Ruas e Pereira (2010), a região apresenta sete microrregiões, sendo elas: Bocaiúva, Janaúba, Januária, Salinas, Montes Claros, Pirapora e Grão Mogol, que são de importante relevância.

 A região Norte Mineira possui clima tropical variando de semiúmido a semiárido, apresentando diversidade de formações vegetais típicas, sendo que a maioria corresponde aos biomas caatinga e cerrado, com temperaturas elevadas e irregularidade das chuvas, podendo ocorrer até nove meses de seca. Podemos considerar, em linhas gerais, que são potencialidades da região semiárida, a criação de animais que precisam de pouca água, como por exemplo os caprinos e ovinos, que fornecem leite, pele e carnes, além da sua importância histórica. Também possuem importante relevância econômica e ambiental, a piscicultura e a apicultura. Os vegetais da região têm características específicas de clima semiárido, resistem a situações nas quais a demanda de água por habitante é maior que a capacidade de oferta (COSTA; RUAS; PEREIRA, 2010).

Conjugando chapadas, vales e serras, o cenário natural Norte Mineiro diversifica-se em solos, vegetações, bacias hidrográficas, principalmente a do Rio São Francisco, mas, também, a do Rio Pardo de Minas e, no seu limite, a margem esquerda do Rio Jequitinhonha, configurando-se como uma zona propícia à fixação do ser humano com diversidade de formas em suas relações com o ambiente natural. (FAVAG, 2011).

 Assim como acontece no sertão nordestino, se tratando do ponto de vista socioeconômico, o Norte de Minas tem como características a desigualdade social e concentração de renda, que é acentuado pelo problema das secas (PEREIRA; SOARES, 2005). Podemos observar a situação pelo mapa a seguir:

**Mapa 1 – Concentração de renda no Norte de Minas - 2010**



**Fonte: Elaboração própria por meio de dados fornecidos pela Fundação João Pinheiro.**

 Para Costa, Ruas e Pereira (2010), a realidade climática da região influencia no baixo padrão de vida da população, já que se torna difícil a ocupação e a convivência com a seca e, também, acarretam problemas como a difícil produção agrícola e a conservação de sistemas produtivos.

**3.2 A História do Norte de Minas**

 A região do Norte de Minas teve como seus primeiros habitantes os indígenas e foi ocupada no final do século XVII, simultaneamente pelos vaqueiros que avançaram pelo curso do rio desde a Bahia e Pernambuco, e pelos bandeirantes paulistas, que se estabeleceram como grandes criadores e criaram povoados (MATA-MACHADO apud SILVA, 2014).

Em 1553, a expedição de Espinosa-Navarro advinda de Porto Seguro (Bahia), adentrou a região alcançando o Rio São Francisco, por onde, retornou a Bahia. Sua expedição foi apenas de reconhecimento do local, nada concretizou em termos de povoamento. Por isso a historiografia atribui a bandeira de Matias Cardoso de Almeida como responsável pela ocupação efetiva da região a partir de 1690. Matias Cardoso saiu de São Paulo por volta de 1690, teve por motivo o serviço militar da campanha contra os índios do Ceará e do Rio Grande. Chegando a superfície plana do Rio Verde, margem do Rio São Francisco onde assentou o arraial de Morrinhos, fixando então a era definitiva da conquista. (VASCONCELOS apud SILVA, 2014).

A história do Norte de Minas, segundo Karine e Gilmar (2013), está relacionada à pecuária extensiva derivada do Nordeste e das bandeiras paulistas, que foi a base da economia junto à agricultura de subsistência até o século XIX, que desencadeou um processo de povoamento pouco denso, além da atividade comercial originada a partir da atividade mineradora, devido a sua localização geográfica com divisa entre o centro minerador, o norte e o nordeste (PEREIRA; SOARES, 2005).

 A atividade industrial na região se iniciou em 1872, com a criação da Fábrica Cedro, situada em Caetanópolis, mas foi quando a fábrica foi construída na cidade de Montes Claros que passou a ter importante relevância (OILIVEIRA apud SOUTO; SANTOS, 2014).

 Conforme Francisco de Oliveira citado por Pereira (2007), o Norte de Minas, até a chegada da ferrovia, em 1926, era considerada uma região isolada do restante do país e do mundo. Segundo Pereira (2007), a integração mais efetiva da região às outras regiões do Estado e também com centros comerciais e industriais, se deu a partir da República. A construção da ferrovia era a principal reivindicação das elites regionais nas últimas décadas, já que parte do atraso da região era se dado pela ausência de transportes. O desenvolvimento do comércio de gado foi o principal benefício, do ponto de vista econômico, gerado pela criação da ferrovia.

 De acordo com Souto e Santos (2014, p.7)

Um marco do desenvolvimento da região deu-se através da criação da SUDENE, impactando sobremaneira na estrutura de produção e, por consequência, na sua dinâmica econômica, tendo em vista que o Norte de Minas foi incorporado em sua área de abrangência. Até meados de 1950 a atividade industrial fora incipiente, porém com a consolidação da SUDENE, ela tornou-se a principal fonte econômica da região.

 A criação da SUDENE, em 1959, teve como intuito a melhoria do processo de desenvolvimento da região Norte Mineira, porém, devido à falta de infraestrutura, principalmente na área de transporte e energia, teve dificuldade de atuação nos anos iniciais. Em 1965, começa-se a surtir os primeiros efeitos da SUDENE, por meio dela que foi implantada na região a primeira indústria, o Frigonorte, com incentivos do BDMG e outros investidores da região, junto à iniciativas do Governo do Estado (SOUTO; SANTOS, 2014).

 Para Souto e Santos (2014), a relevante participação da SUDENE se deu em 1970, quando vários projetos para a implantação de indústrias foram concretizados, por meio de uma política de incentivos fiscais no campo governamental. Segundo Braga citada pelos mesmos autores mencionados anteriormente, a dinâmica abrangeu de forma desigual às cidades da região.

 De acordo com Oliveira citado por Souto e Santos (2014), os investimentos foram maiores nas cidades de Montes Claros e Pirapora, já que em meio a ausência de infraestrutura das outras cidades, ambas tinham condições de arcar com projetos de ampliação do parque industrial.

 Já nos anos de 1980 e 1990, o ritmo dos projetos diminuiu, sendo feito maiores incrementos em atividades já existentes, ao invés da implantação de novos empreendimentos (SOUTO; SANTOS, 2014).

 A SUDENE teve importância especial junto ao Norte de Minas, pois contribuiu para o desenvolvimento do setor industrial da região, que passou a ter destaque nos dias atuais. Os benefícios obtidos são revestidos em boa medida para a atividade comercial, que recebe recursos gerados pela atividade industrial (SOUTO; SANTOS, 2014).

**3.3 O Norte de Minas atualmente**

 As principais atividades econômicas desenvolvidas atualmente na região do Norte de Minas são a agricultura, pecuária, ferro-liga, metalurgia, reflorestamento, têxtil, fruticultura e minerais não metálicos. São atividades econômicas em potencial na região a biotecnologia, refeições industriais, frutas processadas, vestuário, turismo, processamento de carne e mecânica de precisão (AVELAR, 2012).

 Segundo Avelar (2012), a região, no ano de 2011, tinha 1,61 milhão de habitantes, o que corresponde a 8,2% da população do Estado, sendo predominantemente urbana, apesar da reduzida taxa de 69,4%. A sua geração de renda está concentrada no setor de serviços (61,8%), depois vem a indústria (24,9%) e por último a agropecuária (13,2%). Montes Claros, Pirapora, Várzea de Palma, Capitão Enéas e Bocaiúva são os principais municípios. A região também se encontra em uma nova era de desenvolvimento, com a possibilidade da viabilização da produção do minério de ferro de baixo teor, abrangendo vinte municípios, dentre eles, Salinas, Rio Pardo de Minas, Grão Mogol e Porteirinha.

 De acordo com IBGE citado por Constantino (2014), a população hoje corresponde a 1.696.838 habitantes.

**Tabela 1 – Dados comparativos entre alguns municípios da região Norte Mineira (Ano 2011)**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Características** | **Montes** | **Pirapora** | **Ninheira** | **Urucuia** |
| **Claros** |
| **Taxa de frequência** | 67,31 | 61,34 | 31,96 | 34,37 |
| **Ensino Médio (%)** |
| **Qualidade Geral**  | 0,47 | 0,46 | 0,35 | 0,37 |
| **Educação (0 a 1)** |
| **Taxa de Emprego** | 30,99 | 36,01 | 12,7 | 8,16 |
| **Setor Formal (%)** |
| **Empregados Setor** | 77.938 | 12.845 | 779 | 671 |
| **Formal (pessoas)** |

**Fonte: Elaboração própria por meio de dados fornecidos pela Fundação João Pinheiro**

De acordo com a tabela, é possível notar como a população entre os municípios da região do Norte de Minas é dispersa, ou seja, a densidade populacional varia bastante entre os municípios. Assim como é possível observar também a baixa taxa de emprego no setor formal e a baixa qualidade geral da educação, até mesmo nas principais cidades como Montes Claros e Pirapora.

**3.4 A ação do Estado na região**

A execução de políticas públicas regionais se tornaram necessárias para o norte de Minas Gerais, devido à importância dos recursos naturais do Estado perante a economia brasileira. O ente federado apresenta grandes problemas de desigualdades tanto no âmbito econômico como regional, devido a sua vasta extensão. Dessa forma, por intermédio da implementação de políticas públicas regionais, busca-se promover o desenvolvimento da região, concomitantemente com aumento da produção de alimentos e geração de empregos. (MARTINS, 2008).

 No norte do estado de Minas Gerais, foram implementadas diversas ações e programas que objetivaram a melhoria do bem-estar da população juntamente com a evolução dos indicadores socioeconômicos da região. Entretanto, este estudo abordará o projeto de irrigação, denominado Projeto Jaíba, que visa dinamizar a economia da região em que está inserido, promovendo, assim, o desenvolvimento regional. (RODRIGUES, 2001).

 O Projeto Jaíba se localiza conforme Martins e outros (2008, p.2) no extremo norte do estado de Minas Gerais, “à margem direita do rio São Francisco, compreendendo os municípios de Jaíba e Matias Cardoso”. Araujo citado por Vidal e Evangelista (2006) ressalta que projeto tem capacidade para atender 100.000 hectares irrigáveis, sendo o rio São Francisco sua fonte hídrica.

Corroborando com esse pensamento, Furtado citado por Rodrigues (2001, p. 207) considera "importante o desenvolvimento da agricultura irrigada, para estimular a produção de alimentos, manter a regularidade da oferta de forma a atenuar os efeitos da seca e a criação de uma classe de agricultores regentes, organizados em unidades familiares".

Nesse sentido, o Jaíba de acordo com Martins (2008,p.5) consiste em “um empreendimento do poder público, que se justificava pelas necessidades do preenchimento do vazio econômico e demográfico do extremo norte de Minas Gerais”. Os primórdios do projeto se iniciaram na década de 50, porém, somente duas décadas após ele foi idealizado pela Fundação Rural Mineira – Ruralminas, ao longo da implantação do Plano de Desenvolvimento do Noroeste Mineiro. (MARTINS, 2008). Para ser executado, o projeto se dividiu em quatro etapas, sendo que as duas primeiras que totalizam 70,9% do total do empreendimento, "encontram-se executadas e em produção”. (COMPANHIA..., 2014).

Apesar de não estar totalmente concluído, o Projeto Jaíba objetiva contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do norte de Minas Gerais, bem como proporcionar geração de emprego na região e por conseguinte equalização da renda. (COMPANHIA..., 2014).

**3.5 Resultados da Política Pública**

Esse tópico irá analisar os impactos socioeconômicos do investimento realizado no norte de Minas. De acordo com o Programa Nacional de Irrigação citado por Reis e Rodrigues (2009, p.10):

A política tinha como objetivo aumentar a oferta de alimentos básicos para o abastecimento interno, elevar os níveis de produção e produtividade, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento equilibrado da economia, privilegiando as classes e regiões menos favorecidas. (Programa Nacional de Irrigação apud REIS; RODRIGUES, 2009, p.10).

Dessa forma, o presente estudo selecionou alguns municípios das microrregiões para analisar se a implementação do projeto Jaíba propiciou melhora em alguns indicadores. Os dados a serem analisados são dados secundários, como renda per capita média e taxa de ocupação da população maior de dezoito anos.

**Tabela 2 – Impactos da política de irrigação para a região nos anos 2000 e 2010**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Municípios** |  **Renda per capita média** |  **Taxa de atividade - 18 anos ou mais**  |
|   | **2000** | **2010** | **2000** | **2010** |
| Bocaiúva (MG) | 285,97 | 451,54 | 63,26 | 68,11 |
| Grão Mogol (MG) | 201,87 | 293,87 | 56,64 | 65,56 |
| Janaúba (MG) | 304,07 | 468,29 | 65,67 | 68,28 |
| Januária (MG) | 234,92 | 359,19 | 60,34 | 58,66 |
| Manga (MG) | 320,28 | 387,71 | 62,89 | 59,43 |
| Montes Claros (MG) | 485,55 | 650,62 | 69,12 | 69,85 |
| Pirapora (MG) | 396,44 | 596,44 | 66,27 | 68,88 |
| Salinas (MG) | 268,51 | 613,65 | 63,22 | 64,93 |
| **Fonte: Elaborada pelas autoras com dados fornecidos pelo Atlas de desenvolvimento humano (2014).** |
|

Em análise a tabela 2, pode-se observar que em todos os municípios selecionados a variação da renda per capita média de um ano para o outro foi positiva, demonstrando que houve avanço na região em relação a esta variável, propiciando uma elevação da renda da população e consequentemente ampliando o mercado.

Por sua vez em relação à taxa de ocupação dos indivíduos com idade superior a dezoito anos, pode-se inferir que com exceção dos municípios de Januária e Manga, todos os demais apresentaram uma ampliação da taxa de pessoas empregadas, que era um dos objetivos do projeto. Dessa forma, apesar do projeto de irrigação Jaíba não estar concluído, ele vem cumprindo parcialmente o que lhe foi proposto inicialmente.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Devido ao clima semiárido da região do Norte de Minas, com altas temperaturas e períodos de seca, a ocupação e produção da região acabam sendo dificultado, o que agrava também outros problemas, como por exemplo, a baixa qualidade de vida da sociedade.

A SUDENE foi um marco importante na história da região, já que tinha como objetivo criar e melhorar as condições para o desenvolvimento, porém, não ocorreu de forma igualitária. As cidades mais beneficiadas foram Montes Claros e Pirapora, devido as suas melhores infraestruturas, que eram deficitárias em outros municípios.

Dessa forma, a região Norte Mineira é caracterizada por desigualdades sociais, baixo nível da qualidade de ensino, baixa taxa de empregados no setor formal e uma densidade populacional dispersa.

A desigualdade existente na região analisada faz com que o governo utilize‑se das políticas públicas regionais para minimizar as discrepâncias existentes e assim, impulsionar o desenvolvimento do norte de Minas Gerais. Portanto, foram implementados programas específicos, como o projeto Jaíba cujo objetivo consistia na melhoria do bem-estar da população juntamente com a evolução dos indicadores socioeconômicos da região, para dar dinamismo à economia.

**REFERÊNCIAS**

AVELAR, Antônio. **Norte de Minas:** Perspectivas Econômicas e Sociais para o Desenvolvimento dos Municípios da Região. 2012, Montes Claros. Disponível em: < http://pt.slideshare.net/anavelafr/norte-de-minas-perspectivas-econmicas-e-sociais-para-o-desenvolvimento-dos-municpios-da-regio> Acesso em: 1 nov. 2014.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Cap. 2, p. 21-48.

BARBOSA, Flavio Constantino. **Indicadores Norte de Minas.** Belo Horizonte: Excel, 2014.

COSTA, Dayane Stephanie Maia; RUAS, Kethlin Freire; PEREIRA, Anete Marília. As potencialidades da região semiárida do norte de Minas Gerais: Análise do Centro de Estudos de Convivência com o Semiárido. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, 16, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Montes Claros: Unimontes, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/on%20line/Downloads/download(529).PDF> Acesso em: 31 out. 2014.

COSTA, Marielle Jacinta Pereira; MAGALHÃES, Virgínia Ribeiro; PEREIRA, Anete Marília. **Reflexões sobre o Desenvolvimento Regional e os Arranjos Produtivos Locais – APL’s:** o norte de minas e suas microrregiões. Montes Claros, 2012 Disponível em: <http://unimontes.br/arquivos/2012/geografia\_ixerg/eixo\_urbano/reflexoes\_sobre\_o\_desenvolvimento\_regional\_e\_os\_arranjos\_produtivos\_locais\_-\_apls\_o\_norte\_de\_min.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

COMPANHIA de desenvolvimento dos vales do São Francisco e do Parnaíba.
Disponível em:< <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/jaiba-ii-iii-iv>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

COUTINHO, Caroline Marci Fagundes et al. Desenvolvimento Municipal e Representação Política no Norte de Minas Gerais. **Revista Olhares Sociais**, Cruz das Almas, v.2, n.1, p.02-31, jan/jun. 2013. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/Desenvolvimento-Municipal-e-Representa%C3%A7%C3%A3o-Pol%C3%ADtica-no-Norte-de-Minas-Gerais.pdf>. Acesso em: 31 out. 2014.

DINIZ, Clélio Campolina. **A Questão Regional e as Políticas Governamentais no Brasil.** Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20159.pdf>. Acesso em: 29 out. 2014.

FAVAG. Características da Região, Nova Porteirinha, 2011. Disponível em: < http://www.favag.edu.br/index.php/caracteristicas-da-regiao> Acesso em: 31 out. 2014.

MARTINS, Simone. [Analise da implementação da política nacional de irrigação do norte de Minas gerais:o caso do Projeto Jaíba](https://www.google.com.br/search?client=firefox-a&hs=OEq&rls=org.mozilla:pt-BR:official&q=analise+implementa%C3%A7%C3%A3o+da+pol%C3%ADtica+nacional+de+irriga%C3%A7%C3%A3o+do+norte+de+minas+gerias:o+caso+do+prjeto+ja%C3%ADba&spell=1&sa=X&ei=G-phVKbbGMyYgwSNsYSADg&ved=0CBsQvwUoAA). 2008. 215f. Dissertação - Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação  em Administração. Viçosa. Disponível em:< <http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_arquivos/44/TDE-2008-07-22T083656Z-1268/Publico/texto%20completo.pdf>>. Acesso em :04 nov. 2014.

PEREIRA, Anete Marília; SOARES, Beatriz Ribeiro. Urbanização e pobreza na região Norte Mineira: considerações preliminares. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/46.pdf>. Acesso em: 31 out. 2014.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital:** o regionalismo político norte-mineiro. 2007. Monografia (Conclusão de curso) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: < file:///C:/Users/on%20line/Downloads/TESE\_LAURINDO\_MEKIE\_PEREIRA%22(1).pdf> Acesso em: 31 out. 2014.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; LESSA, Simone Narciso. Processo de Planejamento e Desenvolvimento da Logística de Transportes. **Revista** **Mercator,** Fortaleza, v.10, n.22, p.37-56, mai/ago 2011. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/523/352>. Acesso em: 29 out. 2014.

REIS, Paulo Ricardo da Costa; RODRIGUES, Eni Lourenço. Avaliação da política  nacional de irrigação: o método  quase - experimental de avaliação de impacto aplicado ao Projeto Jaíba. In: Encontro da ANPAD, 33, São Paulo, 2009. **Anais...** Disponível em:< <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS3240.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

ROCHA, Sonia. Desigualdade Regional e Pobreza no Brasil: a evolução – 1981/95. IPEA: Rio de Janeiro, 1998. Texto para discussão, n.567. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2431/1/td\_0567.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

RODRIGUES, Luciene. Potencial da Agricultura Irrigada como Indutora do Desenvolvimento Regional: o caso do projeto Jaíba no Norte de Minas Gerais.

**Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 2 p. 206-232, abr-jun. 2001. Disponível em:< http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd\_artigo\_ren=258 >.Acesso em:04 nov.2014.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; PALES, Raíssa Cota. Desenvolvimento Regional e Desigualdades Sociais entre as Macrorregiões de Planejamento de Minas Gerais. In: 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 08, 2012, Montes Claros-MG. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\_docman&task=doc\_view&gid=7905&Itemid=217>. Acesso em: 29 out. 2014.

SANTOS, Valcir Bispo. Desigualdades Regionais e Dinâmicas Territoriais na Amazônia Paraense. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 14, 2011. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3596/3523>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SILVA, Eduardo Rodrigues da. O norte de Minas Gerais: o bandeirante Matias Cardoso e a ocupação do Norte de Minas. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=956> Acesso em: 31 out. 2014.

SOUTO, Karine Gomes dos Santos; SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. O Desenvolvimento no Norte de Minas na Perspectiva da SUDENE. In: Congresso em Desenvolvimento Social, 4, 2014, Montes Claros. Disponível em: < http://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT11/05\_GT\_11.pdf> Acesso em: 31 out. 2014.

UDERMAN, Simone. O Estado e a Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.39, n.2, p.232-250, abr/jun. 2008. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd\_artigo\_ren=1081>. Acesso em: 29 out. 2014.

1. Graduanda em Ciências Econômicas. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. [↑](#footnote-ref-1)
2. Graduanda em Ciências Econômicas. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. [↑](#footnote-ref-2)
3. Graduanda em Ciências Econômicas. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. [↑](#footnote-ref-3)